

ORDINÁRIOS MARCHEM: ASPECTOS DA MILITARIZAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS DO RIO DE JANEIRO

Afonso Henrique Sant' Ana Bastos
(Programa de Pós-Graduação em História – UNIVERSO)

Resumo:

O século XIX marcou a afirmação dos Bombeiros do Rio como instituição militarizada, do Império Brasileiro. Criada em 1856, no bojo das transformações promovidas pelo imperador, a instituição conquistará o status de militar em 1880, situação que a transformará técnica e institucionalmente. Os oficiais, que então comandam a corporação, responsáveis pelas mudanças que advém da militarização, institucionalizada pelo Decreto Imperial 7.766, de 19 de julho de 1880, são oriundos do Corpo de Engenheiros do Exército Brasileiro, o que dá a tônica da capacitação técnica à corporação. As mudanças que a nova condição representa são o prelúdio da importância social dos bombeiros, e sua ação institucional na história da República e do Rio a partir do final do século XIX. A presente análise faz-se mediante documentação existente no Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, com a perspectiva de comparação dos dados encontrados, com os aspectos cotidianos da cidade do Rio de Janeiro e a importância da Corporação

Palavras-chave: Bombeiros, Império, Militarização dos Bombeiros para o Império Brasileiro.

Resumen:

El siglo XIX fue la declaración del Bomberos del Río como institución militarizada, el Imperio de Brasil. Fundada en 1856, en medio de los cambios promovidos por el emperador, la institución va a obtener la condición de militar en 1880, una situación que va a transformar vista técnico e institucional. Los agentes, que luego comandan la corporación, responsable de los cambios que vienen de la militarización, institucionalizados por el Decreto Imperial 7766 de 19 de julio de 1880, son del Cuerpo de Ingenieros del Ejército de Brasil de, lo que da la nota clave de la formación técnica a la corporación. Los cambios que la nueva condición es son el preludio de la importancia social de los bomberos, y su acción institucional en la

historia de la República y el río desde finales del siglo XIX. Este análisis se realiza mediante la documentación existente en el Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, con la posibilidad de comparar los datos encontrados con los aspectos cotidianos de la ciudad de Río de Janeiro y la importancia de la Corporación

Palabras clave: Bomberos, Imperio, Militarización Del Bomberos al Imperio del Brasil

1 INTRODUÇÃO

“*Aliena vitae et bona salvare*”, (vida alheia e riquezas salvar) o lema que conduz a ética e o comportamento profissional do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro, fundado por D. Pedro II em 1856, tem semântica e força de tradição na conduta profissional da corporação militar carioca, que vê sua história fundir-se à história da cidade do Rio de Janeiro. Poucos estudos têm se especializado em mostrar o quanto a Cidade Maravilhosa e os “Soldados do Fogo”¹, vêem sua história se confundindo, num processo de desenvolvimento e evolução das questões sociais, em momentos importantes do contexto histórico social brasileiro.

Fundamental então para se esclarecer a ação histórica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, na cidade que trás consigo uma capitalidade² latente, é se fazer uma análise das circunstâncias que envolvem seu cotidiano, em um dos momentos cruciais de sua trajetória: sua militarização.

Para a criação da corporação o Imperador justificou sua atitude, devido ao fato de naquele ano de 1856, terem sido registrados, na Corte, 16 incêndios, sendo 13 em chaminés residenciais. Julgou-se pelos parâmetros da época um número muito elevado.

Os aspectos que envolvem a militarização da corporação dos Bombeiros transformaram sua condição técnica, profissional e social. A transformação agiu também na relação cotidiana da Corporação com a sociedade carioca, que terá nos militares bombeiros uma instituição participativa em seus momentos de dificuldade, mas também servindo, em determinadas circunstâncias, como aparelho policial³ do Estado Imperial brasileiro, na

¹ Expressão pela qual são conhecidos os Bombeiros, originada a partir da Canção do Soldado do Fogo ou Hino dos Bombeiros.

² O conceito de capitalidade aqui expresso refere-se àquele que André Nunes de Azevedo descreve em *Entre o Progresso e a Civilização*. Nele, toda a trajetória histórica da capitalidade do Rio de Janeiro, aparece em destaque no Brasil, numa análise de momentos decisivos da história brasileira. AZEVEDO, André Nunes de. **Entre o Progresso e a Civilização: o Rio de Janeiro nos traços de sua capitalidade**. Dissertação de Mestrado ao Curso de Mestrado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Rio de Janeiro, 1998.

³ A ideia de aparelho policial aqui apresentada refere-se àquela desenvolvida por Althusser, onde ele afirma que: *Todos os agentes da produção, da exploração e da repressão, sem falar dos 'profissionais da ideologia' (Marx)*

contenção de manifestações de desagrado com a política imposta, naquele contexto sócio-econômico da história.

A pesquisa e análise da documentação existente no Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro mostram que, a conquista da militarização através do Decreto Imperial 7.766, de 19 de julho de 1880 é fator preponderante na questão da evolução social da corporação, mas também para compreensão de uma parte da história dos Bombeiros do Rio, na moldagem de sua relação com a sociedade carioca.

2 BOMBEIROS: UMA HISTÓRIA LIGADA À HISTÓRIA DO RIO.

A participação dos Bombeiros nos eventos que se desenrolaram na série de transformações, na vida cotidiana dos munícipes do Rio de Janeiro, deve ser entendida, a partir de uma análise histórica de como Bombeiros e cidade do Rio veem suas histórias entrelaçarem-se, e através de uma reflexão hermenêutica a ser utilizada nesta pesquisa, partindo dos princípios teóricos de Hans Georg Gadamer⁴. O contexto teórico insere-se, ainda, na leitura de clássicos da História do Rio, tais como Jayme Benchimol, Francisco Falcon, Gerson Brasil, Sergio Pechiman e Lílian Fritsch, Oswaldo Porto e Lia de Aquino. Sendo estes, reinterpretados com as leituras mais atuais de André Azevedo, Marcos Bretas, Sidney Chalhoub, Lucília Delgado, Jorge Ferreira, Keila Grinberg e Ricardo Sales. O resultado é uma nova forma de interpretar os fatos pela dinâmica do cotidiano dos Bombeiros.

No dia 2 de julho de 1856, por Decreto Imperial número 1.775, D. Pedro II criava o Corpo de Bombeiros Provisório da Corte, ficando este de acordo com o decreto, sob a jurisdição do Ministério da Justiça. Carecia-se, então, de se criar regras específicas para a Corporação de Bombeiros, o que acontece com o Decreto de número 2.587, de 30 de abril de 1860. Organizava-se o Corpo, dando-lhe a condição de efetivo e não mais provisório. Foi dividido em cinco seções, das quais duas próprias e três auxiliares, o que significa que as

devem de uma forma ou de outra estar ‘imbuidos’ desta ideologia para desempenhar ‘conscientosamente’ suas tarefas, seja a de explorados (os operários), seja de exploradores (capitalistas), seja de auxiliares na exploração (os quadros), seja de grandes sacerdotes da ideologia dominante (seus ‘funcionários’) etc. ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)**; tradução de Walter André Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro: introdução crítica de José Augusto Guilhon Albuquerque. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985, 2ª edição, p 58/59.

⁴A ideia aqui apresentada enfoca o cerne da teoria de Gadamer que é explicar como escapar do círculo fechado das opiniões prévias que a proposta de manter um constante interpretar até que os conceitos prévios, ao longo da investigação, sejam substituídos por outros conceitos novos, mais adequados. GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**; tradução de Flávio Paulo Meurer. – Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.

auxiliares seriam utilizadas somente diante da necessidade, na existência de um incêndio de proporções consideráveis.

Na crônica registrada na revista “*Revista Avante Bombeiro*” de 02 de julho de 1956, comemorativa do Centenário de Fundação do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, temos um relato marcante, que insere a história da corporação no contexto do cotidiano da cidade:

Ao subir as ruas íngremes do Morro do Castelo correndo, naquele verão de 1882, o escravo Tobias Assumpção, não conseguia pensar em outra coisa que não a sua liberdade. Precisava chegar ao alto do morro antes de qualquer outro escravo ou pessoa livre, para avisar do incêndio que consumia um armazém na Rua do Ouvidor. Tobias sabia que a recompensa de 4\$000 era suficiente para que ele conseguisse, junto com as economias que tinha feito, em suas andanças como escravo de ganho na cidade, comprar sua liberdade definitiva. A importância de um armazém pegando fogo, na principal rua da cidade, poderia até lhe render algo mais. Porém, sua decepção foi imensa ao chegar ao local e ser informado de que, desde meados de 1881, os avisos de incêndio, nas freguesias da cidade, não eram mais dados a partir de “*três tiros de peças*”⁵ do alto do Morro do Castelo, e que agora existia um circuito de caixas avisadoras de incêndio, no centro comercial da cidade.

Aspecto a ser analisado na crônica, refere-se ao fato de que os negros livres tinham no Corpo de Bombeiros uma oportunidade de trabalho no serviço público, afinal as primeiras mudanças estruturais da cidade, já se tornaram perceptíveis quando a proximidade da abolição provoca aumento substancial da população através da migração dos ex-escravos ou através do incentivo à mão-de-obra livre. Em sua obra *Os Bestializados*, José Murilo de Carvalho atesta tal afirmação quando descreve:

Alterou-se a população da capital em termos de números de habitantes, de composição étnica, de estrutura ocupacional. A abolição lançou o restante da mão-de-obra escrava no mercado livre e engrossou o contingente de subempregados e desempregados⁶.

Quanto à equalização da situação salarial dos primeiros bombeiros, Moraes Antas enviou ao Conselheiro, Ministro e Secretário da Marinha, ofício datado de 02 de setembro de 1856, onde se destaca a seguinte colocação:

“(…) Ora os operários escolhidos, desde que o são, desde que se lhes augumentão as obrigações adquirem direito a alguma retribuição por parte do Estado.

⁵Refere-se ao “sinal de fogo” ou pedido de socorro para eventos que ocorressem em qualquer parte da cidade, quando eram dados tiros de artilharia de grosso calibre, 3 tiros com intervalo de 5 minutos, disparados do Morro do Castelo.

⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo. Companhia da Letras, 1987.

Cumpra que cada um d'elles pernoite dentro do Arsenal 10 vezes por mês; que adquirirão perícias nos exercícios de ginástica e nos trabalhos de bombas, e que exponhão ao risco do serviço da extinção dos incêndios. Desde que forem obrigados a servir como bombeiros, sem remuneração alguma taes operários podem retirar-se e com facilidade o farão (...).⁷

Atestando a preocupação registrada no ofício anterior, a saída de homens dentre os existentes, evidenciava uma situação ameaçadora para a instituição, na sua qualidade operacional e na sua funcionalidade. Era uma clara demonstração de que a regulamentação e a militarização poderiam ser a solução.

O Decreto Imperial 2.587, minimizou a questão disciplinar ao fazer constar a obrigação das praças engajarem-se e servir ao Corpo por quatro anos. Essa medida fez desaparecer o inconveniente que havia no Corpo Provisório da não obrigação de serviço por tempo determinado, podendo-se abandonar, por qualquer motivo, a Corporação, sem que fosse considerado desertor, não estando sujeito a qualquer pena. Até então a rotatividade de pessoal era um obstáculo ao aprimoramento profissional, causando prejuízos ao serviço de extinção dos incêndios. O total de pessoal da Corporação era de 109 bombeiros, que agora eram obrigadas a servir por quatro anos.

Merece registro mais um acontecimento, que no ano de 1866, mostra como a história dos bombeiros funde-se à história da cidade. Um dos quesitos necessários para ser bombeiro era ter boa compleição física, disposição e aptidão para o serviço. Podemos entender melhor esta questão ao vermos como analisa Jaime Larry Benchimol a questão do trabalho urbano na cidade do Rio ao afirmar que:

A contradição entre a potencialização da economia urbana - cujo eixo era a circulação de mercadorias - e a disponibilidade de mão-de-obra escrava atuou no sentido de impulsionar a transição para o trabalho livre. Esta contradição não é apenas uma questão de números. A básica técnica, a "força produtiva" da cidade - a energia braçal do escravo - já não correspondia às novas necessidades do comércio internacional, à nova dinâmica do mercado capitalista mundial (aumento do volume e da velocidade de circulação das mercadorias, provocados pela revolução industrial e pelas transformações tecnológicas dos meios de transporte)⁸.

Nos bombeiros essas qualidades eram às vezes dirigidas para outras finalidades, que não para as quais eles foram treinados, tendo em vista o porte físico e os exercícios diários a

⁷Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Ofício não numerado, retirado do Livro de Ofícios do Corpo de Bombeiros Provisório da Corte. Resguarda-se a grafia original.

⁸BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos: **um Haussmann tropical**: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração. Rio de Janeiro, 1992. Pág. 77.

que os bombeiros se submetiam. Havia então no Largo da Carioca um chafariz onde os carroceiros e a população, em geral, iam buscar água para as necessidades diárias.

Em torno das bicas, devido à aglomeração de escravos e lavadeiras que vinham de diversos pontos da cidade, índios e portugueses que iam buscar água para vender, não era difícil de acontecerem desavenças. Tanto que nas proximidades existia o alojamento de uma guarda para ordenar o ambiente, que dará origem ao nome da Rua da Guarda Velha, atualmente 13 de maio.

É possível se entender tais distúrbios a partir do ofício do Governador do Rio na época, Espiridião Elói de Barros Pimentel, ao Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, encaminhado ao Comandante dos Bombeiros, com o seguinte teor:

Expeça V. M^{cc} as ordens necessárias para que as praças do Corpo de Bombeiros aquarteladas no 4^o Posto (Posto Alfândega, estação ESTE, localizada num compartimento da Alfândega, cedido pelo Ministério da Fazenda) de Bombeiros, prestem os auxílios necessários e que forem reclamados, aos guardas do chafariz da Carioca, a fim de evitar desordens entre os carroceiros que conduzem pipas d'água, escravos capoeiras e os ditos guardas, quando tiverem que cumprir o seu dever.⁹

E assim o Corpo de Bombeiros da Corte, colocou a sua marca em mais uma página que conta a história do Rio de Janeiro.

3 1880 – A ESPERADA MILITARIZAÇÃO

Já inserido no cotidiano histórico da cidade, o Corpo de Bombeiro da Corte, buscava sua equivalência às forças militares da época, pois seus componentes não podiam usar as insígnias de militares sem a sua definitiva regulamentação oficial como força militar. O Decreto Imperial 1.775, que criou o Corpo de Bombeiros, determinava a existência de um cargo de Diretor, exercido por um oficial do Corpo de Engenheiros do Exército e de um Ajudante do Diretor, também exercido por um oficial engenheiro do exército. Os demais bombeiros seriam *“operários, mais ágeis, robustos e moralizados, preferidos os mais amestrados em qualquer dos ofícios de maquinismo ou construção”*.

O Decreto ao se referir a vestimenta dos Bombeiros descrevia que eles deveriam usar um uniforme simples, e não tocava na questão das insígnias militares. Um uniforme, afirma o decreto, *“que será simples, adaptado ao serviço, e distinto para cada secção”*. As demais

⁹Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Ofício constante do Livro de Ofícios Recebidos, do Corpo de Bombeiros da Corte, em 1866. Resguarda-se a grafia original.

observações eram feitas aos uniformes do Diretor e do Ajudante do Diretor, da seguinte forma:

O Director geral, em acto de serviço, usará de hum pennacho vermelho e de huma facha a tiracollo, amarella no centro e vermelha dos lados; o Ajudante, quando não fizer as vezes do Director, de outra facha, metade amarella e metade vermelha; os Commandantes, de hum cinto largo, vermelho; e os Chefes de turmas, de angulos vermelhos no braço. (Resguarda-se a grafia original).

A confirmação do status de importância que a corporação vinha conquistando, por esta época, quando era então comandada interinamente pelo Major do Corpo de Engenheiros João Soares Neiva, foi a organização militar que os oficiais da corporação conseguiram, através do Decreto Imperial número 7.766, de 19 de julho de 1880. Este Decreto Imperial permitiu, enfim, que os oficiais do Corpo de Bombeiros pudessem usar as insígnias de Oficiais Militares do Império, e, como tal passaram a ser respeitados. Por isso para a Corporação este decreto e esta data marcam a sua militarização. Foi nesta época que Soares Neiva foi promovido ao posto de Tenente-Coronel, para poder atender a necessidade de se ter um oficial daquela patente no comando.

O teor do Decreto parece-nos revelador quanto à importância que o Imperador dispensava ao serviço prestado pelo Corpo de Bombeiros. Na parte inicial do decreto ele descreve:

Attendendo ao notavel desenvolvimento que tem tido o corpo de bombeiros e á conveniencia de serem os seus Officiaes devidamente reconhecidos, conforme a hierarchia de cada um, onde quer que se apresentem, Hey por bem Decretar o Seguinte:(...). (Resguarda-se a grafia original).

O decreto determinava a patente de Tenente-Coronel para o Diretor, de Major para o Ajudante, de Capitão para os Comandantes de Seções e a de Tenente para os Instrutores. Os demais membros da corporação, as praças, só tiveram sua condição de militar reconhecida, no Decreto Imperial número 8.337, de 17 de dezembro de 1881. Não carecendo de uma análise mais profunda sobre o Decreto, pode-se no entanto ressaltar que ele tratava da graduação e especialização do pessoal; além de estabelecer normas para a inclusão, destacando-se que só poderiam fazer parte do corpo maiores de 18 e menores de 40 anos. Criando ainda uma tabela de vencimentos de todos os militares.

Há de se ressaltar que historicamente o momento não era favorável ao Império. A proximidade do ato legal da abolição da escravatura no Brasil, fez surgir grupos defensores da

causa abolicionista, este panorama contagiava membros de várias classes sociais que não concordam com o gradualismo, como nos descreve Maria Helena Pereira Toledo Machado:

Em termos mais diretos, a adesão das autoridades policiais ao gradualismo detonou as bases do controle social dos escravos nas localidades, abrindo espaço para a ascensão dos movimentos rebeldes. O legalismo, mesmo que tímido, das autoridades foi um subproduto não planejado do abolicionismo e deu lugar a uma reordenação de forças, com consequências inesperadas¹⁰.

E membros das fileiras da Corporação dos Bombeiros, tinham simpatia à causa abolicionista. Mesmo com toda a rigidez do regulamento da Corporação dos Bombeiros da época, a vida no Corpo de Bombeiros era melhor do que o regime vivido pelos negros nas senzalas ou simplesmente nas residências abastadas dos grandes senhores de então. Existe um fato registrado nas fileiras da Corporação, referente a um escravo que se chamava Valério, que atesta a identificação dos Bombeiros com as causas sociais da época.

Certamente Valério, na condição de escravo, já havia participado da extinção de algum incêndio carregando baldes d'água¹¹, ajudando os aguadeiros a transportar as pesadas pipas para os locais dos sinistros. O fato é que um dia, decidiu fugir do eito onde o trabalho desumano era dirigido pelo feitor com seu chicote ameaçador. Foi no Corpo de Bombeiros da Corte que Valério buscou sua liberdade. Para conseguir seu intento sabia que era preciso mentir, falsear, ludibriar enfim a boa-fé da Corporação. E o escravo, já marcado pela escravidão humilhante, não hesitou. Antes que algum capitão-do-mato ou qualquer pessoa avisada pelos anúncios nos jornais embargasse a sua fuga ele realizou o audacioso intento. Com o nome suposto de Antonio, assentou praça e tornou-se um bombeiro, de fato e de direito, com respectivo registro em livro próprio¹², uniforme e tudo o que lhe era devido.

Sem temer o risco de um insucesso, visto que ia mentir em todas as suas declarações, o negro apresentou-se no dia 7 de fevereiro de 1887 e, voluntariamente, assentou praça. Disse chamar-se Antonio Manoel de Oliveira, ter 20 anos, ser casado e filho de Bernardino Moraes de Oliveira¹³. Para evitar uma recusa de incorporação ou por outro motivo qualquer, disse

¹⁰MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. “**Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas**”: a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão. IN GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (Organizadores) *O Brasil Imperial Vol. III – 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. Pág. 395.

¹¹Esta era uma determinação constante do Decreto de criação do Corpo de Bombeiros em 1856, que ainda estava em vigor.

¹²Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Livro de Registro de Incorporação de Praças Voluntários de Fevereiro de 1887 do Corpo de Bombeiros da Corte.

¹³Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Dados retirados do Livro de Assentamentos de Praças do ano de 1887, do Corpo de Bombeiros da Corte.

também ser pintor. Tudo conforme e perfeitamente escriturado, formalizou sua incorporação sendo recebido na 3ª Seção com o número 60.

Recruta ainda, classificado como aprendiz, já participava do serviço de extinção. Embora novo, porém se empenhava com bravura, sendo reconhecido como disposto, inteligente e disciplinado¹⁴. O ex-escravo esperava, por certo, já ter se livrado da sua condição anterior, sendo confundido em meio dos seus companheiros, não sendo mais o “escravo Valério”.

Entretanto, a Sua proprietária, Sra. Benícia Augusta de Oliveira¹⁵, possuía alguns agentes que o buscavam pela cidade. Após recorrer a praxe de anunciar a fuga verificada em jornais da época, prometendo boa recompensa aos captores, conseguiu descobrir onde estava o negro que comprara para servi-la. Sabedora de que a sua propriedade se encontrava no Corpo de Bombeiros, solicitou ao Comando o resgate imediato do que considerava ser seu. Qual não foi a sua surpresa quando o Senhor Comandante negou-se a atende-la, até que fosse encontrada uma forma jurídica para a situação do “*escravo bombeiro*”.

Descoberta a artimanha do falso Antonio, o Comando do Corpo deu ciência ao Ministério da Justiça através de ofício datado de 20 de abril de 1887, protocolado sob o número 95, fazendo minucioso relato das características de boa conduta do Bombeiro Antonio ou Valério, e que, surpreendentemente, o Comando resolvera “*conferir carta de liberdade ao referido escravo*”, mediante ao pagamento do valor exigido pela proprietária do escravo, custeado pelas Companhias de Seguros da Corte, o que dispensou o concurso da subscrição já promovida entre oficiais e praças do Corpo para dar liberdade a Antonio.

A deliberação de dar a carta de liberdade para o negro, mereceu completa aceitação por parte do Ministério da Justiça, que em um outro ofício do dia 30 do mesmo mês dava homologação ao ofício anterior, e dizia entre outras coisas:

(...) ficou aprovado o procedimento de V.S^a em razão aos aludidos fatos e, outrossim, fica autorizada a continuação no serviço dêste Corpo do ex-esxcravo Valério.

Deus guarde V.S^a.

Ass.: Antonio da Silva Prado – Ministro da Justiça.¹⁶

¹⁴Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Elogio publicado nos assentamentos do Aprendiz nº 60 – Antonio Manoel de Oliveira, data ilegível do ano de 1887.

¹⁵Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Declaração descrita em Ofício ao Comandante do Corpo de Bombeiros da Corte. Constante do Livro de Ofícios Recebidos, do Corpo de Bombeiros da Corte, em 1887.

¹⁶Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Ofício constante do Livro de Ofícios Recebidos, do Corpo de Bombeiros da Corte, em 1887. Resguarda-se a grafia original.

Cotizando-se em comunhão de grande sentimento humanitário para a compra da alforria de um escravo que viera alistar-se em suas fileiras, buscando fugir ao tratamento cruel do regimento escravista, os bombeiros solidarizavam-se com os abolicionistas. Antes de punir o negro, que com falsas declarações conseguira tornar-se um de seus membros, preferiu torná-lo livre.

Em **A República Consentida**, Maria Teresa Chaves de Melo¹⁷ analisa o embate dos anos finais do Império com anos iniciais da República, e onde as características de um, dará origem ao formato que se estabelecerá no outro. É perceptível que os questionamentos ocorridos nos anos de 1888 e 1889 vão surgir como palco de mudanças, que, desde 1870, pressionavam a Monarquia. A Abolição representou um vácuo nas críticas ao regime, pois atendeu aos anseios e as mais gritantes reclamações de regresso e atraso econômico, político e social do Brasil.

A Europa se transformava vertiginosamente, enquanto mantínhamos um modelo de governo imperial. O ato abolicionista renovou a simpatia popular sobre a Monarquia, e reviveu a ameaça, para os republicanos, de uma terceira etapa do regime monárquico. Mello entende que:

A Abolição tomara um lugar no processo histórico: assentado o Estado liberal brasileiro – nas suas vertentes política e social –, estava desfeito o nó que acorrentava o país ao passado. Colocava-se, agora, a pátria na estrada do século, cujas setas apontavam na direção da civilização e do progresso. Talvez estivesse subentendido que, sob outra direção, a revolução – ou seja, a República – se purgaria de ‘excentricidades’, fazendo-se nacional¹⁸.

O pensamento de que o fim do sistema escravista influenciou diretamente na formação do regime republicano, também é defendido por Renato Lemos¹⁹, que partilha da ideia, de que os avanços sociais, políticos e econômicos do final do século XIX, se fizeram presentes nos anos iniciais do século XX na política brasileira. E, é a partir dessa análise, que entendo, que a República e a Abolição da Escravidão, não apenas o 13 de maio, mas todo o processo, inclusive no seu viés econômico, no que concerne a necessidade de mão-de-obra livre imigrante, irão se fundir num modelo político-social, resultante de uma série de mudanças, onde:

¹⁷MELLO, Maria Teresa Chaves de. **A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império**. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edufrr), 2007.

¹⁸MELLO. Idem. Pág. 132.

¹⁹LEMOS, Renato. “A alternativa republicana e o fim da monarquia”. IN. GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (organização). **O Brasil Imperial: 1870-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, volume III, 2009.

Em uma perspectiva de longo prazo, tem-se a alternativa republicana conectada ao processo de transformação estrutural da sociedade brasileira. Mais precisamente, o sentido histórico de seu surgimento, implantação e consolidação afirmou-se no período que se pode balizar pelos anos 1850 e 1900. Trata-se de um momento histórico marcado por acontecimentos econômicos, sociais, ideológicos e políticos que se associaram a mudanças nas bases da sociedade brasileira²⁰.

Além do mais, a cidade do Rio de Janeiro, continuava agindo e sofrendo a ação da corporação dos Bombeiros. As transformações produzidas pela militarização, a profissionalização e as mudanças no status dos Bombeiros, era um fator representativo de uma série de transformações marcantes no final do século XX. Afinal:

O século XX nasce com o legado da industrialização e com a responsabilidade de se modernizar cada vez mais. No Brasil, agora republicano, as duas primeiras décadas desse século são marcadas por um período de transformação dos hábitos e costumes que já pode ser observado desde o final do século XIX e que se intensificam com a chegada do século XX. Transformação essa que vai se refletir no cenário urbano da cidade do Rio de Janeiro que começa a crescer em direção ao sul.²¹

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro criado no Império, com objetivos específicos de combater incêndios residenciais em chaminés, inseriu-se no cotidiano e na história da cidade. Conquistaram *status* de militarização, na medida em que a cidade afirmou a sua capitalidade no Império. As fileiras da corporação se aperfeiçoaram com a inserção de engenheiros provindos do Exército, moldando no século XIX as características que marcariam a história cotidiana dos seus militares.

No cotidiano da cidade e na sua história como um todo a corporação dos Bombeiros esteve envolvida em aspectos, muitas vezes, nem sempre inerentes a sua função de extinguir incêndios, como no policiamento de rua, na lavagem de prédios públicos, e na participação da causa de escravos fugitivos. Outra característica da Corporação que merece ser ressaltada foi a utilização de escravos da Casa de Correção nos primeiros anos de sua formação, para compor suas fileiras.

No final do século XIX e início do século XX, o Rio vive o paradigma da mão de obra, que, neste momento de transição do Império para a República, faz a diferença ente a

²⁰LEMOS, Idem. Págs.405.

²¹BASTOS, Afonso Henrique S. **Rio em Chamas: cotidiano dos Bombeiros no contexto da urbanização do Rio de Janeiro (1900-1906)** / Afonso Henrique S. Bastos – Niterói, 2015. Págs.36.

manutenção ou a dissolução do modelo monarquista. A corporação participou ativamente deste momento de transição do escravismo para o trabalho livre. A manifestação em favor de um fugitivo, que buscou em suas fileiras refúgio contra o regime escravista, exemplifica a ação dos bombeiros nesta página da história brasileira.

Remodelou-se e urbanizou-se o Rio, remodelou-se e aperfeiçoou-se o Corpo de Bombeiros, a partir de sua militarização. Cidade e Corporação com cotidiano de histórias que se misturaram, mas que com a chegada do século XX, acentuou uma relação que estabelece diferenças e harmonização, em momentos diversificados de seu tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)**; tradução de Walter André Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro: introdução crítica de José Augusto Guilhon Albuquerque. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985, 2a edição, p 58/59.

ARQUIVO GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Livros de Ofícios Expedidos dos Anos de 1857 a 1906.

_____. Livros de Ofícios Recebidos dos Anos de 1857 a 1906.

_____. Boletins do Comando geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro de 1956.

_____. Livro de Registro de Incorporação de Praças Voluntários de Fevereiro de 1887 do Corpo de Bombeiros da Corte.

_____. Livro de Assentamentos de Praças do ano de 1887, do Corpo de Bombeiros da Corte.

AZEVEDO, André Nunes de. **Entre o Progresso e a Civilização: o Rio de Janeiro nos traços de sua capitalidade**. Dissertação de Mestrado ao Curso de Mestrado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Rio de Janeiro, 1998.

BASTOS, Afonso Henrique S. **Rio em Chamas: cotidiano dos Bombeiros no contexto da urbanização do Rio de Janeiro (1900-1906)** / Afonso Henrique S. Bastos – Niterói, 2015.

BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos: **um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração. Rio de Janeiro, 1992.

BRASIL. Decreto nº 1.775, de 02 de julho de 1856. De criação do Corpo de Bombeiros da Corte.

BRASIL. Decreto nº 7.766, de 19 de julho de 1880.

BRASIL. Decreto nº 8.337, de 17 de dezembro de 1881.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**; tradução de Flávio Paulo Meurer. – Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.

LEMOS, Renato. “**A alternativa republicana e o fim da monarquia**”. IN. GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (organização). **O Brasil Imperial: 1870-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, volume III, 2009.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. “**Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas**”: a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão. IN GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (Organizadores) **O Brasil Imperial**. Vol. III – 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MELLO, Maria Teresa Chaves de. **A república consentida**: cultura democrática e científica do final do Império. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur), 2007.